

ROCHA, R. P. “Quando ninguém educa: questionando Paulo Freire”. Editora Contexto, São Paulo: 2017. 160 p.

Ceres Karam Brum

Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Vivemos momentos cruciais no cenário da educação nacional. A recente publicação do livro *Quando ninguém educa* se configura em uma contribuição valiosa para se debater sobre esta crise. Trata-se de um trabalho instigante que começa a chamar a atenção pela provocação anunciada no próprio título. A célebre frase de Paulo Freire (“quando ninguém educa”), extraída da *Pedagogia do Oprimido*, é o mote do diálogo a partir do qual o autor Ronai Pires da Rocha tece uma rica teia de significados que nos leva a percorrer a história da educação no Brasil nos últimos 40 anos.

Fruto de uma pesquisa interdisciplinar, o trabalho analisa e propõe caminhos para se discutir o empobrecimento da educação básica no Brasil. Quando qualifico o trabalho de interdiciplinar o faço na saudável perspectiva do termo, já que o autor não recai nas armadilhas de uma mera retórica do interdiciplinar, “a panacéia” (ROCHA, 2017, p.145), que vem caracterizando, segundo ele, a legislação educacional em suas ousadas e incompreensíveis proposições.

Na obra, escrita a partir de um acurado olhar filosófico, o autor dialoga com a legislação educacional atual (em especial a Base Nacional Comum Curricular), e as teorias do currículo e da aprendizagem para assim apresentar elementos sobre a crise da escola pública e suas consequências para a figura do professor e, especialmente, para a vida dos estudantes e sua formação, recuperando a necessidade de uma escola que não delegue o seu papel de ensinar e que efetivamente se constitua em um espaço educativo.

Em um mergulho na filosofia grega para encontrar metáforas explicativas das distorções da escola e seus propósitos no Brasil contemporâneo, o autor efetua um raro exercício de estranhamento e posterior posicionamento que nos incita a reagrupar ele-

mentos aparentemente isolados para entender a crise da nossa escola. Rocha o faz sem uma pretensão academicista, com uma linguagem simples e direta, com um profundo conhecimento da sociologia da educação, da legislação educacional nacional e do que designa como percepção antropológica da escola.

O autor desconstrói o mito de que ninguém educa ninguém, mal apreendido em leituras rasas de Paulo Freire. Posiciona-se *claramente* em defesa do fortalecimento do currículo e das identidades disciplinares, em relação às opções de politização de uma sociologia educacional crítica que vem nordeando e minando as transformações no currículo no Brasil, segundo o autor.

Para mostrar a validade de um de seus argumentos ou pontos de partida para a escrita do livro e da necessidade da “recuperação do sentido do conhecimento disciplinar, sem que isto conflite com qualquer outra proposta de ensino (...)” (ROCHA, 2017, p. 141), o autor percorre o caminho da epistemologia da educação, sobretudo em companhia de Berstein para caracterizar noções de conhecimento, variedade de aprendizagem e eixos e dimensões do currículo escolar para discutir o tema tabu da distribuição de carga horária e da natureza dos conhecimentos disciplinares a serem ensinados.

Através de uma discussão polêmica, o autor nos mostra as deturpações de um sistema educacional que em nome do justificado alargamento da oferta de vagas para a educação básica não rediscutiu seus pressupostos de atuação e suas estratégias pedagógicas em termos de formação docente (p.135), mas que apostou suas fichas na politização da escola.

Dos muitos pontos que ainda restam a sublinhar neste trabalho, que merece ser lido por todos aqueles que se interessam por educação e seus desafios no Brasil, bem como pelas polêmicas que suscita, gostaria de salientar duas dimensões que me causaram um estranhamento salutar com relação ao texto e às suas proposições.

A primeira se refere às discussões que a obra efetua sobre os lugares da Sociologia e da Filosofia, nos tempos em que vivemos de reforma do Ensino Médio e da ladainha de uma escola que um conjunto de políticos e religiosos nacionais deseja configurar como neutra e por isto “sem partido”. A resposta do autor para as crises disciplinares e nossas angústias de formadores de professores destas áreas é encorajante. Ele se posiciona em favor das disciplinas e da construção de um currículo que efetivamente possa ensinar:

Quando nos ocupamos com a questão do currículo e do ensino-aprendizagem, a urgência recai no trabalho didático exigido pelas disciplinas, em primeiro lugar, porque elas serão a base das áreas de saber e de atividades que encontramos no cotidiano escolar. Isso é assim, pois não podemos esconder o fato concreto que o espírito humano tem um conjunto de realizações - seja o teorema de Pitágoras, a *Mona Lisa*, a emancipação feminina, os princípios jurídicos da igualdade e a separação de poderes, a *Nona* sinfonia e a Teoria da Relatividade - que devem ser preservadas pela beleza e importância intrínseca que possuem. As realizações deste tipo, no entanto, ocorrem a partir do domínio de habilidades e disciplinas específicas (ROCHA, 2017, p.133).

Minha conclusão, a partir da leitura do texto de Rocha, é de que é preciso que a Base Nacional Comum Curricular efetivamente se manifeste no sentido do que devemos ensinar, para além de supostas divagações que são ininteligíveis mesmo para a maior parte dos professores que formamos.

A segunda dimensão que desejo salientar, para finalizar, é a da visão antropológica da escola apresentada pelo autor, dos seus sentidos e desdobramentos existenciais. Rocha busca no conjunto de suas lembranças, em uma espécie de autoetnografia, o seu desejo e sua concepção de educar. Do ponto de vista dos afetos de uma vida vivida de criança, de pai, de avô e de professor, o autor nos explica o papel da escola no enredo da vida; da necessária passagem da família para o mundo que deve percorrer a criança, dimensão que cabe à escola inequivocamente promover neste percurso, segundo o autor.

Referências bibliográficas

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42. ed., 2005.

Submetido em: 13-12-2017

Aceito em: 01-03-2018